

O POLICIAMENTO OSTENSIVO E SEUS PARADGMS COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO A CRIMINALIDADE EM GOIÂNIA

OSTENSIVE POLICE AND ITS PARADGMS AS A CRIMINAL PREVENTION TOOL IN GOIÂNIA

Breno Ribeiro de Sousa*
Vinícius dos Santos Silva**

RESUMO

O artigo trás a importância do policiamento ostensivo como ferramenta de prevenção a criminalidade em Goiânia tendo como objetivos: Demonstrar as ações do policiamento ostensivo realizado pela Polícia Militar da cidade de Goiânia tendo como foco o combate à violência e prevenção da criminalidade nas regiões mais perniciosas da cidade; Descrever as estratégias usadas pela Polícia Militar da cidade de Goiânia através do levantamento de dados a partir de pesquisa bibliográfica e dados estatísticos aos órgãos competentes; Validar a importância do policiamento ostensivo e o trabalho policial no combate aos ilícitos penais, e prevenção da criminalidade nas regiões mais periféricas da cidade de Goiânia Goiás; Identificar e evidenciar as principais características e principais conceitos, do trabalho policial, exploramos suas propriedades, destacamos seu uso como ferramenta de segurança e gestão pública e demonstramos seu paradigma e sua transcendência à frente à performance de prevenção a ilícitos. A pesquisa foi desenvolvida através de pesquisa bibliografia, coleta de dados e em seguida a transcrição desses dados em tabelas. O estado de Goiás nos últimos dois anos graças à inteligência policial vem diminuído de forma significativa a criminalidade e violência no estado.

Palavras chaves: Prevenção, Criminalidade, Policiamento Ostensivo.

ABSTRACT

The article highlights the importance of overt policing as a crime prevention tool in Goiânia with the following objectives: Demonstrate the overt policing actions carried out by the Military Police of the city of Goiânia, focusing on combating violence and preventing crime in the most pernicious regions of the city. city; Describe the strategies used by the Military Police of the city of Goiânia through data collection from bibliographical research and statistical data from the competent bodies; Validate the importance of overt policing and police work in combating criminal offenses and preventing crime in the most peripheral regions of the city of Goiânia Goiás; Identify and highlight the main characteristics and main concepts of police work, we explore its properties, highlight its use as a security and public management tool and demonstrate its paradigm and its transcendence in the performance of crime prevention. The research was developed through bibliographical research, data collection and then the transcription of this data into tables. In the last two years, the state of Goiás, thanks to police intelligence, has significantly reduced crime and violence in the state.

Keywords: Prevention, Crime, Overt Policing.

* Breno Ribeiro de Sousa do Curso de Especialização em Polícia e Segurança Pública, Hotel, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: brenoribeiro033@gmail

**Vinícius dos Santos Silva, Pós em Política e Gestão em Segurança Pública e Direito Militar, Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, Goiânia – GO.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho da segurança pública é de excelência sendo um dos alicerces de qualquer país desenvolvido que visam segurança e menos criminalidade. Neste contexto, há necessidade de estudar os antecedentes e as consequências do crime. A análise criminal é um método adequado para este fim, através do qual a sua utilização pelas autoridades responsáveis pela aplicação da lei pode ser melhorada. O policiamento aberto é uma das formas comuns e está intimamente associado ao estudo do crime.

A segurança pública é um tema sensível que está diretamente ligado a uma vida saudável seja ela na vida social, física e mental. Está é uma questão multifacetada, uma variedade de teorias que foram estudadas para abordar as questões que surgem na região e, neste sentido, uma das principais formas utilizadas para enfrentar os desafios colocados é o policiamento explícito.

A motivação para a pesquisa se dá devido à necessidade de análise do crime e a sua relação com o policiamento preventivo como uma ferramenta que permite um policiamento eficaz. Segundo (ROCHA, 2020, p. 177) a polícia ostensiva desenvolve um papel de forma bem holística e deve ser entendida, estudada visando estratégias de prevenção, repreensão da violência e criminalidade. A partir desse entendimento questiona-se: Qual a importância do policiamento ostensivo na prevenção da criminalidade na cidade de Goiânia?

A partir dos dados apresetando acima segue o objetivo geral da pesquisa: Demonstrar as ações do policiamento ostensivo realizado pela Polícia Militar da cidade de Goiânia tendo como foco o combate à violência e prevenção da criminalidade nas regiões mais perniciosas da cidade. Tendo como objetivos específicos: Descrever as estratégias usadas pela Polícia Militar da cidade de Goiânia através do levantamento de dados a partir de pesquisa bibliográfica e dados estatísticos aos órgãos competentes; Validar a importância do policiamento ostensivo e o trabalho policial no combate aos ilícitos penais, e prevenção da criminalidade nas regiões mais periféricas da cidade de Goiânia Goiás; Identificar e evidenciar as principais características e principais conceitos, do trabalho policial, analisando suas qualidades destacando como ferramenta de segurança pública e seus paradigmas e sua importância à frente à dinâmica de prevenção a ilícitos.

A pesquisa desenvolvida foi distribuída da seguinte maneira: A introdução momento em que se apresenta o ao trabalho desenvolvido, a revisão teórica que apresenta o pensamento de estudiosos sobre o tema abordado, a metodologia onde está descrito o passo a passo da

pesquisa de campo realizada, bem como os resultados e discussão dos dados da pesquisa realizada e por fim a conclusão e por fim as referências da pesquisa. Espera-se que este trabalho contribua positivamente transmitido conhecimento para novos estudos futuros sendo usado como fonte de pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A segurança pública é um tema delicado é amplo, sendo ele diretamente ligado ao bem estar social, corpo e saúde. As condições socio economicas do povo brasileira afeta diretamente no aumento da criminalidade e violência. O problema é multifacetado sendo necessária uma visão crítica, continua em prol da prevenção de ilícitos.

Para resolver essas questões, várias políticas e teorias foram construídas e discutidas o campo está emergente, no sentido de que é uma das principais ferramentas utilizadas.

O capítulo a seguir pretende explora o tema de estudo visando fundamentar a importância do policiamento ostensivo no combate à criminalidade. A polícia ostensiva na perspectiva da polícia visando prevenção de ilícitos; Policiamento e seus paradigmas na política é segurança Pública e a Evolução da Criminalidade x Inteligência Policial.

2.1 A POLÍCIA OSTENSIVA E A PREVENÇÃO DE ILICITOS.

Embora tanto o título do artigo 144 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) quanto o parágrafo 5º desse artigo prevejam a manutenção da ordem pública, conscientizando sobre a necessidade de todos os cidadãos os órgãos de segurança a todos gozam dessa atribuição, mas por outro lado, o artigo 144 da CF/88 apenas prevê a atribuição de policiais ostensivos, portanto não há dúvidas sobre a exclusividade da Polícia Militar.

Os poderes evidentes da polícia destinam-se a salvaguardar a ordem pública nos termos mais amplos, incluindo a prevenção de violações da ordem. Diferentemente da palavra “policiamento”, que é apenas uma etapa da atividade policial, o termo “polícia aberta” proposto pela CF/88 inclui 4 etapas, a saber: ordem policial, consentimento policial, sanção policial e interrogatório policial. (Brasil, 2001).

As ordens policiais consistem em preceitos formais de âmbito externo que determinam determinadas ações, sendo elas negativas ou positivas; consentimento policial aos representantes que autorizam o desempenho de uma atividade caso sejam atendidos determinados requisitos, geralmente por meio de alvará ou licença; sanções policiais

equivalentes a penalidades por não cumprimento de ordens, autorizadas por consentimento, e por fim as fiscalizações policiais, que constituem uma forma ordinária e inevitável de ação administrativa pela qual se consegue o cumprimento das ordens policiais ou a regularidade das ações administrativas. Atividades suportadas por licença ou autorização.

As ações de verificação podem ser naturais ou proativas. Se o papel específico da polícia é manter a ordem pública, ela é chamada de policiamento (Brasil, 2001). É, portanto claro que o policiamento se refere apenas a uma das quatro fases do poder policial, a fase de inspeção, que é realizada pela organização policial como policiamento.

A visibilidade diz respeito à facilidade com que as ações policiais são identificáveis sendo pela vestimenta ou equipamentos utilizados. No entanto, a evolução e definição do conceito de policiamento não se limitam aos seus aspectos jurídicos e teóricos, uma vez que as filosofias, estratégias e métodos que definem como o policiamento deve ser conduzido estão intrinsecamente ligados aos paradigmas conceptuais que existem num determinado momento.

2.2 POLICIAMENTO E SEUS PARADIGMAS NA POLÍTICA É SEGURANÇA PÚBLICA

Um paradigma nada mais é do que uma visão de mundo compartilhada que influencia a maneira como um determinado grupo pensa em um determinado momento. (KUHN, 2003, p. 218; FREIRE, 2009, p. 02).

No campo da segurança pública, podem ser citados três paradigmas principais: o paradigma durante a ditadura militar; a segurança pública na Constituição Federal de 1988; e a segurança do cidadão, a partir de cerca de 2000. (FREIRE, 2009, p. 2).

A segurança nacional abrange o período da ditadura militar brasileira (1964-1985), que priorizou a defesa do país e da ordem política e social. As operações de segurança são guiadas pela lógica da primazia dos interesses nacionais, definidos pelas elites do poder, e justificados pelo uso da força sempre que necessário, e não por medidas para manter a ordem. Esta fase caracterizou-se por um ataque inicial aos inimigos externos surgidos na luta anticomunista, seguido de um ataque aos inimigos internos, equivalentes a qualquer indivíduo considerado violador da ordem prevalecente (Marcineiro et.al, 2009, p. 2).

Neste contexto, o objetivo do policiamento é defender o Estado e agir contra os seus inimigos, ou seja, os policiais são vistos como adversários daqueles que subvertem o sistema, evidenciando o caráter repressivo das operações policiais.

Com a promulgação do documento CF/88 e seu artigo 144, a segurança pública é obrigação do Estado e direitos e responsabilidades de todas as pessoas. O antigo paradigma da defesa nacional foi quebrado e teve início o paradigma da segurança pública (Freire, 2009, p.

3) acredita: Transferir o papel da prevenção e controle da violência das forças armadas para as agências policiais. Nesse sentido, dentro do paradigma da segurança pública, os órgãos policiais são os principais responsáveis pelo controle e prevenção da violência. Contudo, embora do ponto de vista da segurança nacional a violência seja vista como uma ameaça aos interesses nacionais, num quadro de segurança pública a violência é descrita como uma ameaça à integridade das pessoas e da propriedade.

A crescente modernização política e ideológicos trazidos pela nova ordem constitucional possibilitaram a modernização da segurança pública. Nesse período, os órgãos policiais aumentaram seu efetivo policial e profissionalizaram seu efetivo por meio de cursos especializados, atualização de frotas, instalações e sistemas de comunicação, porém, continuaram incapazes de desenvolver e organizar estratégias para engajar a sociedade na segurança pública, como ensina a FC/88, e, portanto, consiste em um paradigma transicional.

Para cumprir esta missão constitucional, toda a sociedade está envolvida na segurança pública, e o paradigma herdado da segurança pública é a segurança dos cidadãos.

Sendo que, de acordo com os ensinamentos de Freire (2009, p. 4):

As intervenções baseadas no conceito de segurança cidadã devem envolver diversas instituições públicas e a sociedade civil na implementação das ações planejadas em consonância com os temas identificados como prioritários para a redução dos índices de violência e criminalidade no território, incluindo iniciativas em múltiplas áreas como a educação, a saúde, lazer, esporte, cultura, cidadania (FREIRA, 2009, p.4).

É no âmbito do paradigma da segurança cidadã que o policiamento aberto sofreu a sua maior transformação, fruto das linhas filosóficas e estratégicas que norteiam este paradigma.

2.3 A EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE X INTELIGÊNCIA POLICIAL

A criminalidade evoluiu ao longo dos séculos e as forças de segurança devem adaptar-se a esta nova perspectiva sobre a criminalidade. No Brasil, especialmente nas últimas décadas, ocorreram mudanças na estrutura das organizações criminosas, que levaram ao aumento da lucratividade e ao crescimento exponencial nas áreas de atuação dessas empresas criminosas. Como já mencionado, o policiamento baseado em inteligência, caracterizado por ferramentas de gestão que utilizam a análise de dados para buscar informações para gerar inteligência, surgiu sem dúvida em resposta à evolução do *modus operandi* criminal. (OLIVEIRA, 2022).

No estado de Goiás em 2023, a Segurança Pública zerou o número de crimes contra o patrimônio em 97 municípios goianos. O número de Roubos a Transeuntes caiu 29,7% em

Goiás, no primeiro semestre. De 6.150 mil em 2022 para 4.321, em 2023, respectivamente, devido o trabalho da inteligência policial. (HENRIQUE, 2023). Segundo a Secretária de Segurança pública os registros de Roubo de Veículos também caíram em 34,1% no semestre. Em 2022 foram 781 automóveis roubados, já em 2023 foram 515. As ocorrências de Roubo em comércio caíram 23,4%. No ano passado, 435 e neste ano 333. Roubos a Residência tiveram redução de 28,3%, sendo 438 em 2022, contra 314 em 2023. As Forças de Segurança ainda atuaram fortemente no combate ao Roubo de Cargas, que caiu 63%. Em 2022 foram 54 casos registrados, já em 2023 foram 20. O Roubo a Instituições Financeiras continua com os números zerados. Vale ressaltar que, desde 2019, o Estado de Goiás não registra nenhum crime da modalidade conhecida como “Velho Cangaço” (HENRIQUE, 2023).

O policiamento liderado pela inteligência baseia-se na análise do crime, que Rocha, 2020 conceitua como: Um conjunto sistemático de processos analíticos projetados para fornecer informações oportunas e relevantes sobre: Padrões de crime, suas correlações e tendências, auxiliar o pessoal operacional e administrativo no planejamento e aplicação de recursos mínimos para prevenir e reprimir o crime, e auxiliar no processo de investigação, apreensão e investigação de casos.

Neste contexto, os Analistas Criminais apoiam uma série de funções dentro do departamento, incluindo o destacamento de patrulhas, operações especiais, unidades táticas, investigações, planejamento e pesquisa, prevenção do crime e serviços administrativos. Do conceito acima se pode deduzir que para realizar a análise do crime é necessário obter informação. Neste sentido, é necessário fazer uma distinção entre dados, informação e inteligência (OLIVEIRA, 2022).

Em outras palavras, os dados são um elemento de informação que ainda não foi preparado e ainda não foi interpretado e será afetado por diversos fatores para extrair informações. No domínio criminal, os dados provêm de ocorrências policiais. As informações são configuradas como dados polidos/processados.

Segundo (Azevedo, el. tal. 2011, p.14) realçam a informação é o dado trabalhado que propicia o aumento do conhecimento e a informação estatística e, mais especificamente, pode servir de suporte para o diagnóstico do ambiente e a formulação de políticas públicas”. Por sua vez, a inteligência é caracterizada pela reunião de informações que serão analisadas na gestão dos recursos para o emprego em policiamento preventivo ou na repressão de infratores.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, no primeiro momento foi realizado o levantamento documental com os pensamentos de alguns estudiosos sobre o tema a ser abordado. No segundo momento foi solicitada a autorização do Comandante da Academia Pedro Henrique Batista Alves de Paiva para aplicação do questionário junto aos policiais da Academia.

Assim que autorizado o questionário foi respondido por 31 pólícias sobre a importância do policiamento ostensivo. Após o levantamento desses dados eles foram transcritos em formato de tabelas mostrando a relevância do policiamento ostensivo, o aumento da criminalidade no Brasil e a diminuição da criminalidade no estado de Goiás.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 UNIVERSO DA AMOSTRA

De acordo com o perfil sociodemográfico, a amostra foi mistas sendo 96,8% (n=30) do sexo masculino, a média da idade entre 26 anos ($\pm 67,7\%$), 83,9% (n=26) casados e 83,9% (n=26) tem curso superior completo. Em relação ao tempo que mora na região 83,9% (n=26) moram menos de 1 ano. O cargo que ocupa no comando da Academia de Polícia Militar 48,4% (n=15) ocupa o cargo AL soldado e 48,4% (n=15) soldado. Sobre o tempo de serviço na Polícia Militar 93,5 (n=29) está na polícia até 10 anos. (TABELA 1)

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico, estado civil, escolaridade, cargo na polícia Militar, Tempo de serviço hábitos militar de Goiás nas rondas ostensivas táticas metropolitanas.

Variáveis analisadas	Resultados
Perfil sociodemográfico	
Idade	20 (67,7%)
Média (DP)	41
Min-Máx	26 - 30
Estado Civil –	n (%)
Casado	26 (83,9)
Solteiro	2 (6,2)
Divorciado	2 (6,2)
Separado	2 (6,2)
Víuvo	
Escolarida	n (%)
Ensino fundamental	
Médio	
Superior	26 (83,9)
Pós-graduado	4 (12,9)
Mestrado Doutorado	1 (3,2)
Cargo no Comando da Polícia Militar	n (%)
AL Soldado	15 (48,4)
Soldado	15 (48,4)
1° Sargento 2° ou 3°	1 (3,2)

Cabo	
Sargento	
Subtenente	
1° Tenente ou 2° Tenente	
Capitão	
Major	
Tenente Coronel	
Coronel	
Tempo de Serviço na Polícia Militar	n (%)
Tempo	29 (93,50)
Média	2
Min-Máx	8-10 anos

Legenda: n-freqüência; %-porcentagem. Fonte: Autor (2023)

4.2 RELEVÂNCIA DE CRIMES

Segundo o estudo de (Bruce, 2012) fala sobre informações oportunas e relevantes sobre padrões de crime deve ser aprimoradas, 64,5% acredita que sim, 22,6% acredita que talvez precise melhorar seus padrões, 6,5% não precisa ser aprimorada, 6,5% não tenho certeza (TABELA 2).

Tabela 2 – Relevância de Crimes

Variáveis Analisadas	Médio	DP
1 Aprimoradas	64,5%	39,48
2 Melhorar Padrões	22,6%	2,42
3 Não Precisa Aprimorar	6,5%	18,52
4 Não Tenho Certeza	6,5%	18,52

DP-desvio padrão Fonte: Autor (2023)

4.3 CRIMINALIDADE NO BRASIL

O estudo de (Souza, 2018) revela um aumento da criminalidade Brasil acredita-se que o trabalho da inteligência policial e relevante na diminuição da criminalidade (TABELA 3).

Tabela 3 – Criminalidade no Brasil

Variáveis Analisadas	Freqüência	Porcentagem
1 Sim	15	48,44 %
2 Pouco	14	45,20%
2 Não	1	3,2%
3 Talvez	1	3,2%

Fonte: Autor (2023)

4.4 DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE

A Secretária de Segurança Pública apresenta dados estáticos que a inteligência policial quando articulada de forma adequada torna o trabalho da polícia mais eficiente e eficaz sendo os crimes contra o patrimônio público reduzido a zero além da diminuição 29% da

diminuição dos roubos de veículos e assaltos a residências (TABELA 4).

Tabela 4- Diminuição da Criminalidade e Inteligência Policial em Goiás

Variáveis Analisadas	Frequência	Porcentagem
1 Concodo	27	87,13 %
2 Discordo	2	6,2%
2 Concordo Parcilmente	1	3,2%
3 Discordo Parcialmente	1	3,2%

Fonte: Autor (2023)

4.5 POLICIAMENTO OSTENSIVO

Segundo o estudo de (Silva, 2010) o policiamento ostensivo é uma ferramenta importante no combate à criminalidade sendo ele uma ferramenta de fiscalização da Polícia Militar que auxilia na diminuição da criminalidade na sociedade (TABELA 5).

Tabela 5 – Diminuição da Criminalidade Através do Policiamento Ostensivo

Variáveis Analisadas	Frequência	Porcentagem
1 Concodo	27	87,13 %
2 Discordo	2	6,2%
2 Concordo Parcilmente	2	6,4%
3 Discordo Parcialmente	0	0%

Fonte: Autor (2023)

A amostra foi colhida por 31 policiais militares da cidade Goiânia sendo eles responsáveis por rondas ostensivas nas regiões central de Goiânia sendo 48,44% deles AL soldados e 48,44% soldados e 1 sargento a idade média desse profissionais e entre 22 a 30 anos. Sobre as oportunas e relevantes sobre padrões de crime deve ser aprimoradas 64,5% acredita que deve ser aprimorada, 22,6% necessita melhorar os padões, 6,5% não precisa aprimorar, 6,5 não tem certeza sobre o assunto.

Ao serem perguntados sobre inteligência policial no Brasil 48,44% acredita que é possível diminuir a criminalidade com a inteligência policial.

Ao serem questionados sobre o policiamento ostensivo 87,13% concorda que é uma ferramenta de sua importância na diminuição da criminalidade, sendo que 6,2 acredita que este policiamento não impacta nada na diminuição da criminalidade 6,4% concordam parcialmente 45,20% acredita pouco na inteligência policial, 3,2 % dos policiais entrevistados acredita que não influencia em nada e 3,2% que talvez influencie. No de Goiás houve um melhora importante em relação à criminalidade, a inteligência policial esta ativa trabalhando

na diminuição dessa estatística em relação à diminuição da criminalidade com a inteligência policial os entrevistados responderam 87,13% acredita que foi fundamental na diminuição dos crimes, 6,2% discorda, 3,2% concorda parcialmente e 3,2% discorda totalmente. Em relação ao policiamento ostensivo na diminuição de crime, 87,13% concorda plenamente na diminuição dos crimes, 6,2% discordam, 6,4% concorda parcialmente.

Isso significa que o policiamento ostensivo e a inteligência policial contribuem de forma positiva na diminuição da criminalidade, com o policiamento ostensivo as polícias Civil e Militar fizeram 13.572 prisões em flagrante e deflagraram, no total, 14.769 Operações. 105 quadrilhas foram desarticuladas. Além de 24.426 ações preventivas, 2.452 armas de fogo apreendidas e 3.748 foragidos da Justiça recapturados. As Forças de Segurança apreenderam mais de 20 toneladas de drogas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto sobre a questão do policiamento ostensivo da policial militar da cidade de Goiânia fica claro que o trabalho desenvolvido tem sido de grande relevância para os propósitos da Segurança Pública, pois corrobora com os anseios da sociedade e contribui para a diminuição da impunidade, que muitas vezes é presenciada pelo cidadão.

A pesquisa acima comprova que a estratégia policial quando desenvolvida com métodos bem elaborada diminui a criminalidade de forma positiva trazendo a sociedade, tranquila, satisfação e menos medo.

Em algumas regiões do país o aumento da criminalidade no Brasil vem crescendo de forma absurda, mas no estado de Goiás ela vem diminuído de forma gradativa graças à inteligência policial que desenvolve um trabalho de forma adequada tornando o trabalho da polícia mais eficiente levando a sociedade a uma mais tranquila e menos violenta.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ana Luísa. RICCIO, Vicente. RUEDIGER, Marco Aurélio. **A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão.** Sci FLO, Brasília, DF, v. 40 n. 1, p.9-21, jan./abr. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ci/a/VrGbrXwwf3V7GBxC9FBWqpQ/?lang=pt#>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm> Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. Advocacia Geral da União. Parecer GM-25 de 2001. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/8417>>. Acesso em: 02 out 2022.
FERRO, Alexandre Lima. Inteligência de segurança pública e análise criminal. Revista Brasileira de Inteligência. Brasília: Abin, v. 2, n. 2, abr. 2006.

KUHN, T.S. Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa? In: I. Lakatos & A. Musgrave (Eds.). A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. P. 5- 32. São Paulo: Cultrix, 1979.

FREIRE, Moema D. Paradigmas da segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. Revista Aurora, v. 3, n. 5, p. 49-58, dez. 2009. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1219>>. Acesso em: 02 out. 2023.

MARCIENIRO, Nazareno el. tal. Análise Criminal e Policiamento Ostensivo: Uma Relação Indissociável. UFSC. 2022.

HENRIQUE, S. Secretaria de Segurança Pública faz balanço de ações das Forças de Segurança e divulga indicadores criminais do primeiro semestre de 2023. Governo de Goiás. 2023.

OLIVEIRA, Stéfany Silva. A infiltração do Crime Organizado nas Instituições Democráticas Brasileiras. Ciências Jurídicas. REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.7409421. 2022.

ROCHA, Alexandre Pereira da. Análises criminal e de inteligência. Definições teóricas e desafios práticos para as polícias do Brasil. Universidade Nacional do Brasil. 2020.

APÊNDICE A

ESTADO DE GOIÁS



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

QUESTIONÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLICIAMENTO OSTENSIVO COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO A ILÍCITOS

Este questionário faz parte de um estudo sobre os efeitos negativos da Lei de Abuso de Autoridade no trabalho policial militar, sendo coordenado pelo Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás por meio da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública. Solicitamos sua colaboração para responder este questionário como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em trabalhos acadêmicos e em eventos da área de segurança pública.

Suas respostas são confidenciais e anônimas.

Obrigado pela contribuição!

1. Qual seu cargo no Comando de Academia de Polícia Militar

- Soldado
- Cabo
- 1° Sargento 2° ou 3° Sargento
- Subtenente
- 1° Tenente ou 2° Tenente
- Capitão
- Major
- Tenente Coronel
- Coronel.

2. Sexo

- Masculino
- Feminino

3. Idade

- de 16 até 21 anos
- de 22 a 30 anos
- de 31 a 50 anos
- de 51 a 60 anos
- de 61 anos acima

4. Grau de Escolaridade.

- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo

- Ensino médio incompleto
- Ensino superior completo
- Ensino superior incompleto
- Pós graduado
- Doutorado
- Mestrado

5. Há quanto tempo você mora/trabalha na região/área?

- Até um ano.
- De 1 a 3 anos.
- Mais de 3 anos.

6. Tempo de serviço como Policial Militar ?

- Até 10 anos.
- Entre 10 e 20 anos.
- Entre 20 a 35 anos.
- 35 anos ou mais.

5. Você tem conhecimento da nova Lei de Abuso de Autoridade nº 13.869/2019?*

- Pleno.
- Avançado.
- Médio.
- Pouco.
- Não possui.

8. Você acredita que a nova Lei de Abuso de Autoridade impactou seu trabalho como policial militar?

- Sim, impactou.
- Sim, um pouco.
- Não, não impactou.
- Não tenho certeza.

9. Você acredita que a nova Lei de Abuso de Autoridade limitou sua capacidade de agir durante atividade policial?

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não discordo nem concordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

10. Você concorda que a nova Lei de Abuso de Autoridade e as recentes decisões dos tribunais superiores afetaram negativamente a eficácia das operações policiais?

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não discordo nem concordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

11. Você acredita que a confiança da população na polícia mudou desde a implementação da nova Lei de Abuso de Autoridade?

- Mudou muito.
- Mudou pouco.
- Não mudou.

12. Você acredita que a nova Lei de Abuso de Autoridade deve ser aprimorada para que haja equilíbrio entre a lei e a atuação policial?

- Sim, deve ser aprimorada.
- Sim, talvez precise de melhorias.
- Não, acredito que está equilibrada.
- Não tenho certeza.

13. Você acredita que o treinamento na academia de polícia o preparou adequadamente para lidar com as restrições da nova Lei de Abuso de Autoridade?

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não discordo nem concordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

14. Você acredita que as decisões judiciais controversas dos tribunais superiores tem afetado consideravelmente o trabalho policial militar?

- Afetou consideravelmente.
- Afetou pouco.
- Não afetou.

15. Você possui o receio de ser penalizado injustamente pela nova legislação ou por decisões judiciais?

- Muito receio.
- Pouco receio.
- Nenhum receio.
- Já fui penalizado injustamente.

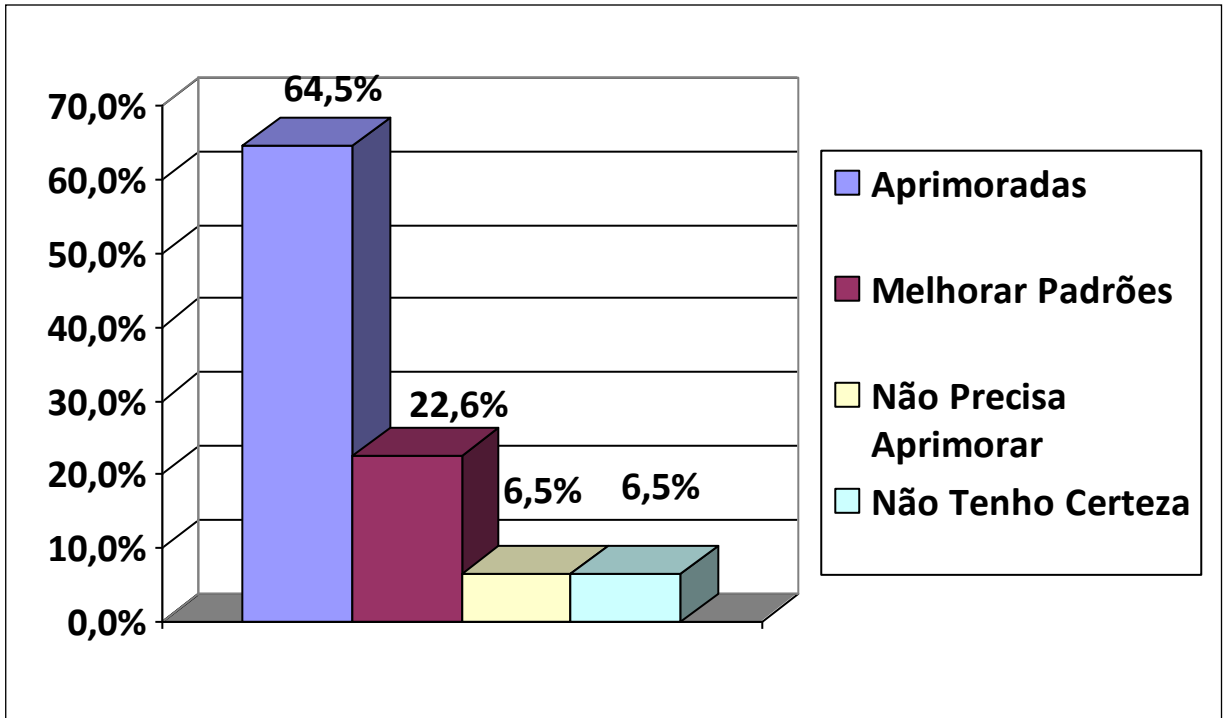
16. Você acredita que a entrada em vigor da nova Lei de Abuso de Autoridade trouxe benefícios à sociedade?

- Sim, acredito que a nova lei melhorou a relação entre a polícia e a sociedade.
- Sim, acredito que a nova lei tornou as ações da polícia mais transparentes e justas.
- Sim, acredito que a nova lei contribuiu para reduzir casos de abuso de poder policial.
- Não tenho opinião definitiva sobre os efeitos da Lei de Abuso de Autoridade.
- Não, acredito que a nova lei não teve um impacto positivo perceptível.
- Não, acredito que a nova lei criou obstáculos para que a polícia militar realizasse um trabalho eficaz.

17. Você sente que tem segurança jurídica e apoio adequado no desempenho de suas funções profissionais?

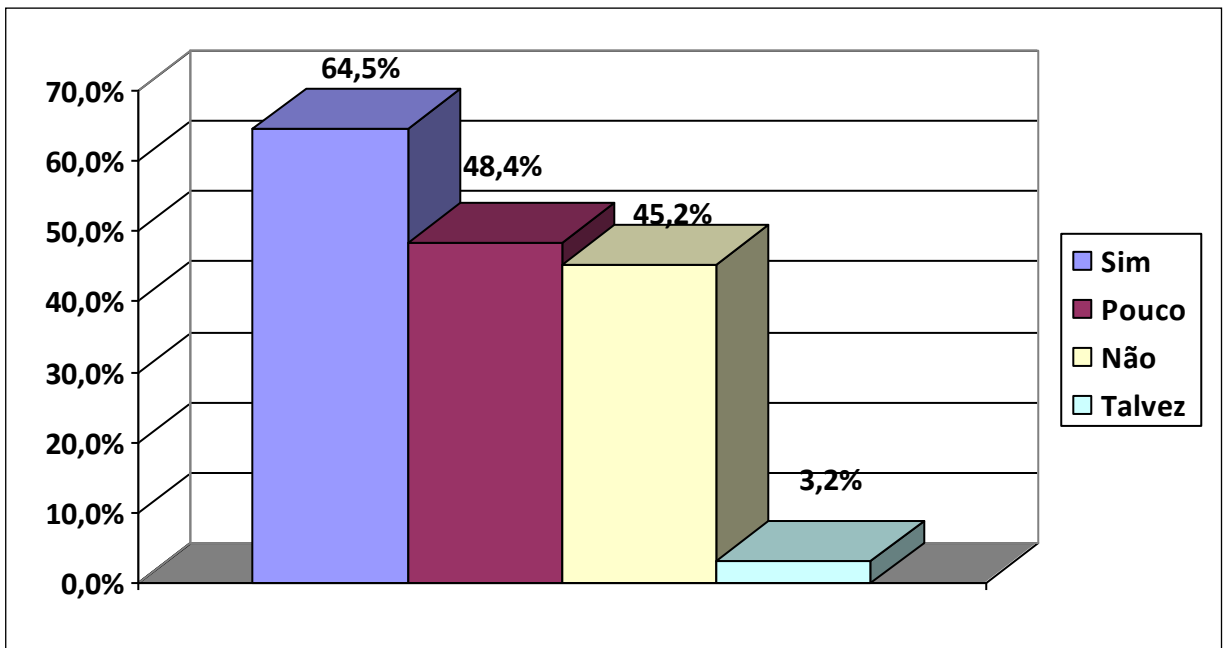
- Completamente seguro e respaldado legalmente.
- Em grande parte seguro e respaldado legalmente.
- Parcialmente seguro e respaldado legalmente.
- Não seguro e respaldado legalmente.

Apêndice B Relevância de Crimes



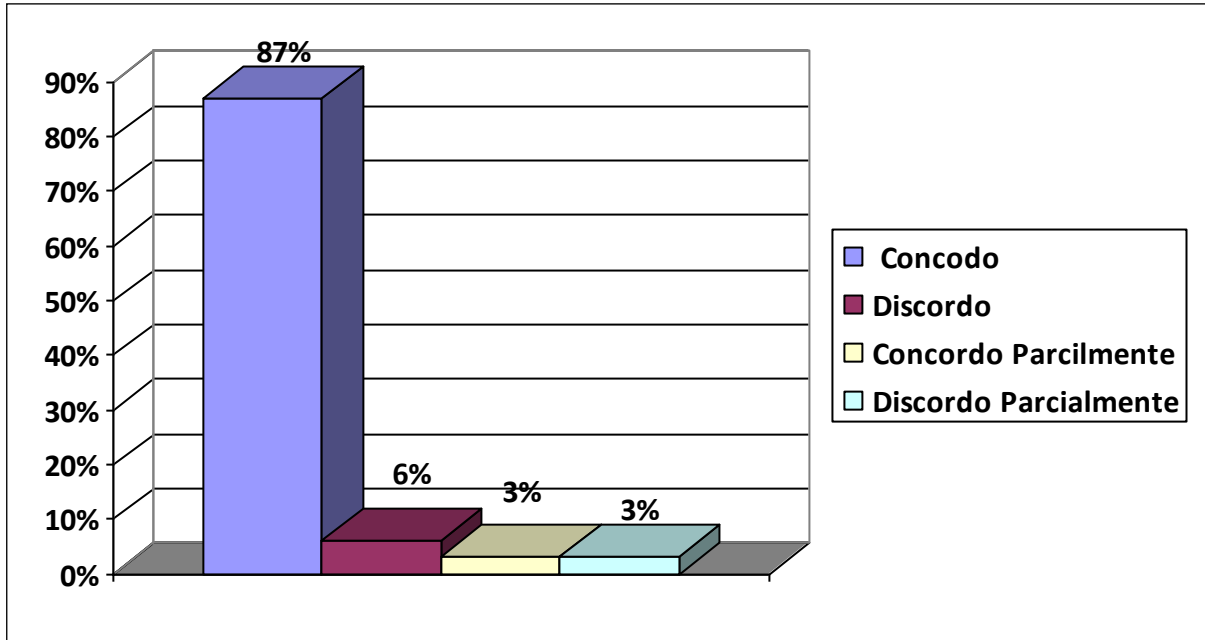
Fonte: Autor (2023)

Criminalidade no Brasil



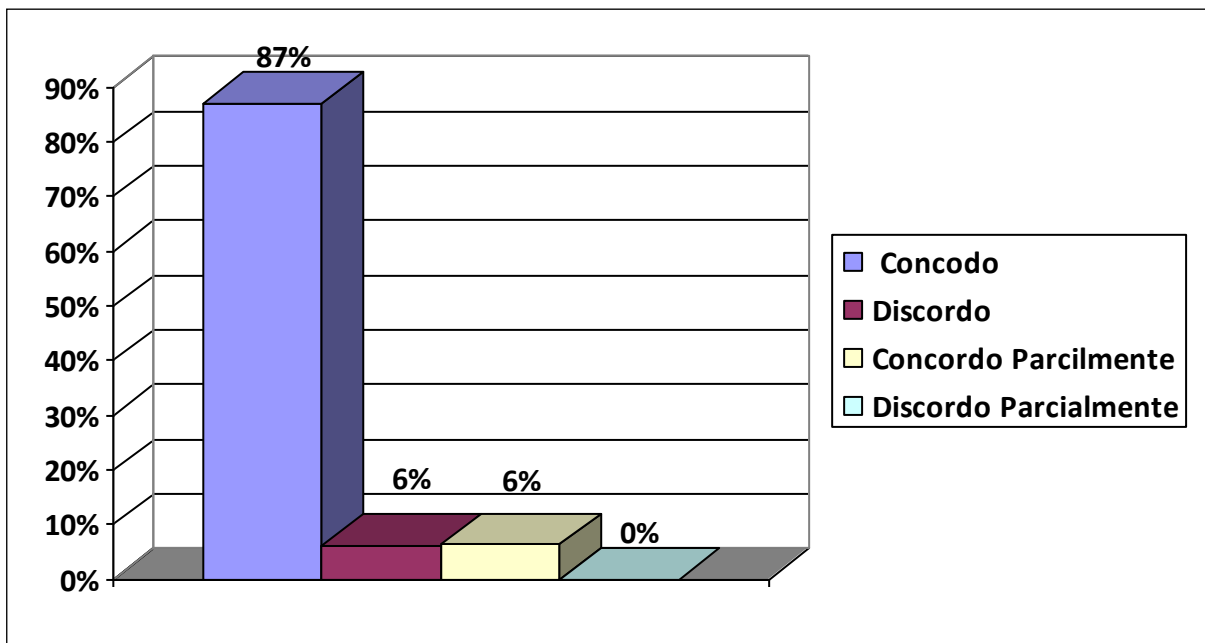
Fonte: Autor (2023)

Diminuição da Criminalidade e Inteligência Policial em Goiás



Fonte: Autor (2023)

Diminuição da Criminalidade Através do Policiamento Ostensivo



Fonte: Autor (2023)

